

29 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

STF julgará afastamento de parlamentares

Presidente Cármen Lúcia promete dar prioridade para decisão, após polêmica provocada por caso de Aécio Neves

Afastamento de tucano pelos senadores foi adiado, à espera de uma definição por parte dos ministros do Supremo

TALITA FERNANDES
LETÍCIA CASADO
DANIEL CARVALHO
DE BRASÍLIA

Com quorum reduzido e na expectativa de nova decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), o Senado deixou para a próxima semana a votação sobre o afastamento do senador Aécio Neves (PSDB-MG) e a determinação de seu recolhimento noturno.

O tema chegou a ser levado ao plenário pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Os senadores aprovaram apenas um requerimento que pede a urgência para a votação, mas concordaram em deixar a sessão para a próxima terça-feira (3).

O adiamento faz parte de uma articulação entre Legislativo, Executivo e Judiciário.

No final do dia, a presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia, abriu espaço para que o assunto passe por nova análise da corte, desta vez pelo plenário.

Ela disse que será prioridade julgar uma ação direta de inconstitucionalidade que pede que sanções da Justiça contra parlamentares sejam submetidas ao Congresso.

Com isso, a ministra sinalizou que o tribunal pode se manifestar em relação ao tema, de maneira universal, num gesto para tentar evitar

que o Senado tente derrubar antes a decisão da corte sobre o tucano, tomada pela primeira turma do STF.

Três partidos – PP, PSC e Solidariedade – foram ao Supremo em maio de 2016, depois do afastamento do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), questionar o poder de sanção dos ministros do STF.

“Se Deus quiser, será julgado em breve”, disse a presidente, que ainda não marcou data para o julgamento. “Seria muito bom ser julgada essa ação prontamente”, acrescentou. “Prioridade.”

Inicialmente, senadores tucanos tinham pressa para que o Senado discutisse o caso de Aécio. Isso porque dão como certa a reversão se houver um quorum mínimo de 60 senadores na Casa.

A decisão de deixar para a próxima semana levou em conta o baixo número de senadores na sessão.

Apenas 52 parlamentares votaram sobre a urgência, 43 deles a favor de que o plenário analise o caso.

Na conta de tucanos, desse número, apenas 41 votariam para que Aécio não precisasse cumprir as determinações do STF, exatamente o mínimo necessário para reverter a decisão judicial.

A tese de aguardar uma decisão do Judiciário também foi defendida por parlamentares durante a sessão.

“Acho que temos aqui uma oportunidade de que este assunto possa ter uma decisão do pleno do STF para que en-

tão possamos ter a responsabilidade de tomar uma decisão no plenário do Senado”, discursou o senador Jorge Viana (PT-AC).

A decisão tomada pela primeira turma do STF gerou embate tanto no Judiciário quanto no Legislativo. Parlamentares alegam que o afastamento de Aécio não tem respaldo na Constituição e citam o artigo 53 do texto. O dispositivo prevê prisão para parlamentares só em caso de “flagrante delito de crime inafiançável” e diz que as prisões de parlamentares precisam ser confirmadas pelo Senado.

Os ministros do STF que votaram a favor das medidas contra Aécio se baseiam em um artigo do Código de Processo Penal, que prevê medidas alternativas à prisão, como recolhimento noturno e afastamento de funções.

Aécio é alvo de denúncia por corrupção passiva e obstrução da Justiça. Ele foi gravado pelo empresário Joesley Batista, da JBS, a quem pediu R\$ 2 milhões.

CONTINUA

29 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

EMBATE JURÍDICO

Saiba mais sobre a decisão do STF de afastar Aécio Neves

O que diz a Constituição

Pelo artigo 53, deputados e senadores só podem ser presos em flagrante de crime inafiançável. A prisão deve ser analisada pela Câmara ou pelo Senado e deve ser aprovada pela maioria dos parlamentares para vigorar

→ **Lacuna:** O texto não diz o que deve ocorrer em relação a medidas cautelares diferentes de prisão, como, por exemplo, o recolhimento noturno

O que diz o Código de Processo Penal

O artigo 319 exemplifica medidas cautelares alternativas à prisão. Entre as possibilidades estão recolhimento domiciliar noturno, proibição de ausentar-se de determinada comarca; e suspensão de exercício de função pública

O que o STF pode fazer

A defesa do senador Aécio Neves pode recorrer da decisão à 1ª Turma. Se entender que é o caso, o relator, ministro Marco Aurélio, pode levar o caso ao plenário

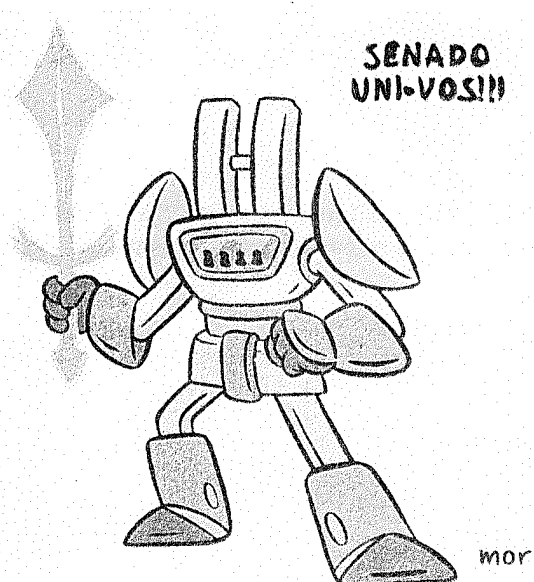
É possível ainda que, mesmo sem recurso da defesa, o relator apresente por conta própria uma questão de ordem para que o plenário delibere sobre o tema, se ele entender que há dúvidas a serem resolvidas

STF pode julgar uma ação sobre o tema

Está pendente de julgamento no Supremo uma ação de inconstitucionalidade que pede que seja aplicado o artigo 53 da Constituição a todas as medidas cautelares impostas a deputados e senadores. Proposta por três partidos (PSC, PP e SD), se a ação for aprovada, qualquer medida restritiva aplicada pela Justiça a um parlamentar terá de ser aprovada pelo colegiado da Câmara ou do Senado para ter validade

29 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO



FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

O Supremo e a banana

SÃO PAULO - É preciso sabedoria para ter poder nas mãos e resistir à tentação de exercê-lo. A Primeira Turma do STF não teve essa sabedoria. Ao contrário, a impressão que se tem é que esse colegiado, ao determinar o afastamento de Aécio Neves das funções de senador e seu recolhimento noturno, avistou uma casca de banana do outro lado da rua e atravessou a via com o propósito de escorregar no epicarpo.

A decisão da turma não é tecnicamente impossível. Ela se ampara no artigo 319 do Código de Processo Penal e não é diretamente desautorizada pelos artigos da Constituição (53 e 55) que tratam das inviolabilidades dos parlamentares. Ainda assim, a Primeira Turma deu um passo politicamente temerário ao aplicar a um senador da República duras medidas cautelares que não têm uma previsão constitucional explícita e sem o crivo do plenário da corte.

Se já não é muito prudente para o Judiciário atuar em território fronteiro à independência entre os Poderes sem um argumento próximo do incontestável, fazê-lo em relação a uma questão que é, no fundo, lateral torna-se quase uma irresponsabilidade.

Aécio Neves está encrencado. O áudio em que ele pede dinheiro a Joesley Batista constitui uma prova avassaladora, que ele terá dificuldade para contestar. Mas isso é assunto para o julgamento de mérito. A adoção ou não de medidas cautelares, que visam a evitar que o senador interfira no processo, não muda o quadro geral. Se o STF está ansioso para punir parlamentares corruptos, o que parece uma boa ideia, deveria cuidar para que o mérito dos processos seja rapidamente julgado.

O Supremo não apenas não agiu com a cautela que se espera da corte máxima como ainda deu oportunidade para uma queda de braço entre o Judiciário e o Senado. Os bombeiros devem agora entrar em ação e imagino que conseguirão evitar uma crise institucional. Mesmo assim, foi desnecessário.

29 SET 2017

29 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

Aliado vai relatar denúncia contra Temer na Câmara

Escolha de Bonifácio de Andrada (PSDB-MG)

foi comemorada no Planalto

Tucano votou a favor do relatório pró-Temer na tramitação da 1ª denúncia e atacou a delação de Joesley

RANIER BRAGON
DANIEL CARVALHO
DE BRASÍLIA

O deputado governista Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) foi anunciado na tarde desta quinta (28) como relator, na Câmara, da segunda denúncia feita pela Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer.

Aliado do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG), Andrada, 87, teve a escolha comemorada por governistas e ampliou o racha interno no PSDB.

O partido se divide sobre a permanência ou não ao lado de Temer. Para aliados do presidente, o trabalho do Palácio do Planalto para reverter no Senado a decisão do Supremo Tribunal Federal que afastou Aécio do mandato será compensado com um relatório favorável de Bonifácio.

“O governo queria alguém que tivesse uma capacidade técnica para fazer um relatório em cima de uma denúncia que, na minha opinião, é inócua”, afirmou o deputado Beto Mansur (PRB-SP), um dos principais aliados de Temer, logo após o anúncio.

Após o peemedebista e os ministros Moreira Franco (Secretaria-Geral) e Eliseu Padilha (Casa Civil) —também alvos da acusação— apresentarem suas defesas, o relator

formulará um parecer na Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

O parecer da CCJ servirá de base para a votação definitiva, a do plenário, que deve ocorrer na semana do dia 25 de outubro, de acordo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Para que o Supremo Tribunal Federal seja autorizado a analisar a denúncia é preciso o voto de pelo menos 342 dos 513 deputados.

O relator foi escolhido pelo presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG).

Temer é acusado de obstrução da Justiça e participação em organização criminosa que teria recebido ao menos R\$ 587 milhões de propina. Na primeira denúncia, em que era acusado de corrupção, o peemedebista conseguiu congelar o andamento do caso com o voto de 263 deputados (outros 227 foram favoráveis ao seu prosseguimento).

Nessa ocasião Bonifácio Andrada deu o 82º voto a favor do relatório pró-Temer. “Senhor presidente, voto ‘sim’, a favor das instituições e do progresso do Brasil”, afirmou.

Na CCJ, Andrada foi mais enfático. Disse, por exemplo, não ver problema no encontro, sem registro oficial, entre o presidente da República e Joesley Batista. E que Temer foi gravado pelo empresário de forma “imoral”.

Ele condenou também a delação “altamente premiada” do empresário. Disse que

ela “desenvolveu-se de forma incorreta, não obedeceu às determinações legais da própria lei que regulamenta a matéria”.

“A delação não só é incorreta, mas também cheia de dúvidas. Não é uma delação que merece total compreensão e total justificação, ela é falha”, afirmou.

SUPLENTE

Bonifácio de Andrada não integra a lista de titulares da CCJ, o que pode resultar na curiosa situação de ele não conseguir votar a favor de seu relatório, no caso de todos os titulares votarem.

Em seu décimo mandato na Câmara, o tucano foi um dos que reforçou o discurso contra a Lava Jato durante a tramitação da primeira denúncia: “A Câmara é a representação do povo. Os deputados não são santos porque o povo também não é santo”, disse à **Folha** em julho.

O deputado começou na vida pública na Arena, o partido de sustentação política ao regime militar (1964-1985). Em 1984, foi um dos parlamentares que se ausentaram na votação da emenda que estabeleceria eleições diretas, o que contribuiu para a derrota da proposta.

CONTINUA

29 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

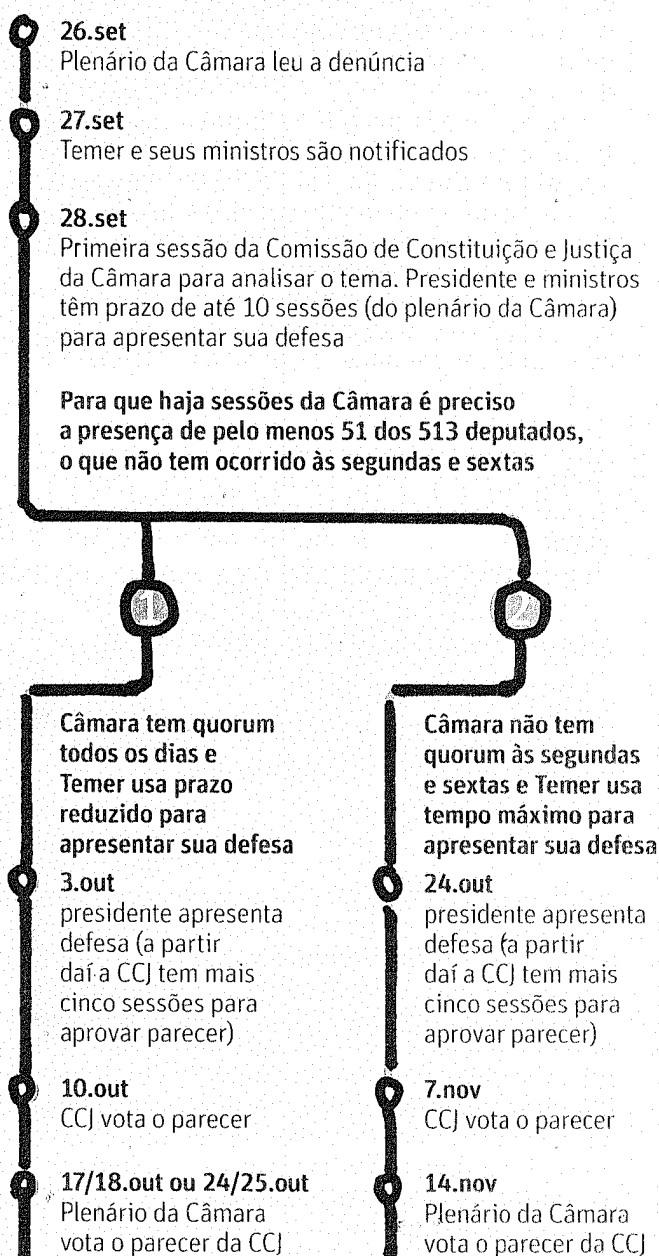
Advogado e professor universitário, integra uma tradicional família de políticos, a linhagem de descendentes de José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos principais articuladores da independência do país.

Dentro do PSDB, ele faz parte da ala de Aécio e, ao lado do correligionário e de ministros como Antonio Imbassahy (Governo) e Aloysio Nunes (Relações Exteriores), defende a permanência do partido no governo.

A ala favorável ao desembarque é liderada pelo grupo do governador Geraldo Alckmin e é composta por vários dos deputados chamados de "cabeças pretas", como Daniel Coelho (PE).

SEGUNDO ROUND

Veja o passo a passo, na Câmara, da segunda denúncia contra o presidente da República



Filhos de Jucá são alvos de operação da Polícia Federal

A ação apura desvio de R\$ 32 mi no superfaturamento de fazenda para construção de moradias populares

Foram executados 17 mandados judiciais em Boa Vista, Brasília e Belo Horizonte expedidos pela Justiça

BELA MEGALE
DE BRASÍLIA
JOELMIR TAVARES
DE SÃO PAULO

A Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã desta quinta-feira (28) uma operação em Boa Vista que teve como alvos os filhos do senador Romero Jucá (PMDB-RR), Rodrigo e Marina, e as ex-enteadas Ana Paula e Luciana Surita. Foram expedidos mandados de busca e condução coercitiva contra todos.

O advogado da família, Antonio Carlos Almeida Castro, o Kakay, afirma que o senador não é investigado.

A **Folha** apurou que o mandado contra Luciana foi cumprido na casa da mãe dela, a prefeita de Boa Vista, Teresa Surita. Os de Ana Paula e Marina foram cumpridos em Brasília. As duas foram levadas para depor na Superintendência da PF na capital federal.

Também foram alvos de condução e buscas Hamilton José Pereira, Elmo Teodoro Ribeiro e Francisco José de Moura Filho, ligados à CMT Engenharia.

Batizada de Operação Anel de Giges, ela apura o desvio de R\$ 32 milhões que supostamente tiveram como origem o superfaturamento na aquisição da fazenda Recreio, lo-

calizada em Boa Vista, e na construção do empreendimento Vila Jardim, do projeto "Minha Casa, Minha Vida", no bairro Cidade Satélite, também em Boa Vista.

"São investigadas as transações decorrentes da venda da fazenda Recreio para a construção do empreendimento Vila Jardim, bem como pela fiscalização e aprovação do empreendimento na Caixa Econômica Federal", diz a nota da PF.

Ao todo foram cumpridos 17 mandados judiciais expedidos pela Justiça Federal de Roraima, sendo nove de busca e apreensão e oito de condução coercitiva em Boa Vista, Brasília e Belo Horizonte.

Apenas Rodrigo Jucá não estava em casa durante a operação. Ele aparece em inquéritos envolvendo a Odebrecht.

> ANEL DE GIGES

'NINGUÉM VAI ME INTIMIDAR', DIZ SENADOR

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que "não será intimidado" após a Polícia Federal cumprir mandados na manhã desta quinta-feira (28) contra seus filhos e ex-enteados. "Ninguém vai me intimidar...a partir daí, deduzam", disse o senador ao ser questionado sobre se a ação da PF era uma afronta contra ele.

O delator Cláudio Melo Filho, ex-diretor de Relações Institucionais da empreiteira, foi denunciado com Romero Jucá por supostamente ter ajustado e pago a propina por meio de doação oficial ao filho do senador, candidato a vice-governador de Roraima em 2014.

Rodrigo estava em São Paulo, onde prestou depoimento à PF durante a tarde. Abordado pela **Folha**, não respondeu às perguntas.

O nome da operação, segundo a PF, foi inspirado na citação existente no segundo livro de "A República", de Platão, no qual é discutido o tema da Justiça. O Anel de Giges permite ao seu portador que fique invisível e cometa ilícitos sem consequências.

Nas buscas, foram encontrados uma pistola 45 e um fuzil 762, que estavam de posse do marido de Luciana Surita, ex-enteada de Jucá e filha da prefeita de Boa Vista, Teresa Surita. Ele foi preso em flagrante por posse ilegal de arma de fogo e foi encaminhado à Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

"O marido de uma das investigadas estava de posse desse armamento, sem qualquer registro. É um crime que prevê pena de até seis anos de reclusão e é inafiançável", disse o delegado.

De acordo com o delegado, a Caixa é apontada na operação, pois foram supostas falhas do banco em liberar recursos indevidos que teria possibilitado desvios de R\$ 32 milhões para o empreendimento.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

29 SET 2017

> OUTROLADO <

Senador diz que investigações não têm uma 'franja de prova'

DE BRASÍLIA

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse em nota divulgada à imprensa na tarde desta quinta, que repudia "mais um espalhafatoso capítulo de um desmando que se desenrola nos últimos anos" e que desta vez atingiu sua família.

"Como pai de família carrego uma justa indignação com os métodos e a falta de razoabilidade. Como senador da República, que respeita o equilíbrio entre os Poderes e o sagrado direito de defesa, me obrigo a, novamente, alertar sobre os excessos e midi- atização."

O peemedebista afirmou ainda que não teme investigação, assim como aos integrantes de sua família. "Investigações contra mim já duram mais de 14 anos e não exibiram sequer uma franja de prova", afirmou.

Por último, ele afirmou que a operação da manhã desta quinta foi "desproporcional e constrangedora" e que o episódio poderia ter sido evitado.

"Recebo essa agressão a mim e a minha família como uma retaliação de uma juíza federal, que, por abuso de autoridade, já responde a processo no CNJ".

29 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL Dívidas e pecados

O doleiro Lúcio Funaro venceu batalha contra a J&F na Justiça de SP. O grupo foi condenado nesta semana a pagar R\$ 16,2 milhões, além de juros de mora, ao delator. Funaro alega que os irmãos Batista não quitaram todos os valores de um contrato de consultoria que firmaram com ele após a fusão dos frigoríficos JBS e Bertin. A defesa dos empresários alegou que o trato era fictício e servia apenas para o repasse de propinas. O juiz Tiago Henriques Papaterra Limongi não engoliu.

Sempre ele Os advogados da J&F usaram as declarações de Joesley Batista e Ricardo Saud na ação para sustentar o argumento de que o contrato com Funaro seria uma cortina de fumaça para o pagamento de vantagens ilícitas ao ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Lição de moral O juiz do caso não se mostrou convencido. "A impressão que se tem é que a ré [J&F] tenta incluir a dívida no rol de operações ilícitas realizadas com Lúcio Funaro, valendo-se, portanto, de sua própria torpeza para afastar a cobrança do que sabe ser devido."

contraponto

Assim você me mata!

Na quarta (27), dia seguinte à decisão do STF de afastar Aécio Neves (PSDB-MG), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) foi abordado no corredor do Senado por um representante de associação de agentes penitenciários:

- Senador, sou do sistema prisional. Valadares deu, imediatamente, um pulo para trás.
- Não veio me prender, não, né? Pelo amor de Deus! Aos risos, o senador continuou:
- Logo depois de ameaçarem prender Aécio, você chega dizendo que é do sistema prisional! Não faça isso, não!



29 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

REINALDO AZEVEDO

Escola sem partido e sem Deus?

O Brasil por pouco não saltou, nas escolas, da condição de Estado laico para a de Estado ateu

SERÁ QUE o movimento Escola Sem Partido, de viés direitista, percebeu que os esquerdistas da Procuradoria-Geral da República tentaram emplacar, também pela via judicial, a Escola Sem Religião? Será que os dois grupos se reconhecem como iguais, como animais políticos da mesma espécie, com ideais de pureza e verdade opostos, mas combinados? Duvido. A ideologia costuma ser mais reativa do que ativa; mais do que formular conteúdos, ela repele os do adversário, sem enxergá-lo.

Por um voto de desempate apenas, o Brasil não saltou, nas escolas, da condição de Estado laico para a de Estado ateu, sob o pretexto de garantir a pluralidade. O STF concluiu, na quarta, a votação de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), movida pela PGR, que, na prática, proibia o ensino religioso nas instituições públicas. Atenção! Onde ele existe, é facultativo.

Barroso, o relator, votou pela proibição. Ensinou: "O Estado laico não incentiva o ceticismo, tampouco o aniquilamento da religião, limitando-se a viabilizar a convivência pacífica entre as diversas cosmovisões, inclusive aquelas que pressupõem a inexistência de algo além do plano físico".

A religião, nessa perspectiva, ficaria reduzida à sua dimensão histórica, sociológica, antropológica, psicológica... E o professor, por óbvio, teria de expor os prós e os contras de cada crença. Sem paixões. Os estudantes, assim, aprenderiam as virtudes e vícios presentes no teto da Capela Sistina e na imagem ausente do Profeta, que não pode ser desenhado. É o que o Escola Sem Partido quer que se faça

com a Revolução Francesa, com a Revolução Russa ou com o golpe militar de 1964. Prós e contras.

Seguiram Barroso os ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Marco Aurélio e Celso de Mello. Felizmente, a maioria se opôs à ADI, cabendo o voto de desempate a Cármen Lúcia. Os outros cinco foram Alexandre de Moraes, que abriu a divergência, Edson Fachin, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes.

Esse mesmo Barroso é aquele que concedeu uma liminar, em março, suspendendo, em Alagoas, o "Escola Livre", projeto aprovado na Assembleia, assentado justamente nas teses do Escola Sem Partido. O doutor acha que um professor expressar uma crença religiosa constitui uma agressão à laicidade do Estado. Se tal exigência, no entanto, se estende para o terreno das convicções não religiosas, cobrando-se a laicidade ideológica, aí o nosso esquerdista de toga reage e vê uma agressão à liberdade de pensamento e à pluralidade.

Ó Grande Estado! Ó Grande Irmão! Direitistas e esquerdistas se rendem a seus desígnios e o saúdam como o Grande Interventor!

Fui um dos primeiros, se não fui o primeiro, na grande imprensa, a divulgar o Escola Sem Partido. Tratava-se, então, de um movimento da sociedade contra a propaganda e a patrulha esquerdistas nas escolas. Quando ele passa a reivindicar, por meio de projetos de lei, a intervenção do Estado para assegurar a "laicidade ideológica", a repressão estatal toma o lugar da liberdade. A mesma repressão que Barroso queria aplicar ao ensino religioso. Fui

professor. Escola é lugar de debate e de confronto de ideias, não de repressão do Estado ou de milicianos. É preciso vencer esse debate com a política, não com a polícia. Mas alguns dos que, entre nós, se dizem liberais adoram um porrete.



Uma nota para o STF. Barroso, sempre ele, com o auxílio nada luxuoso de Rosa Weber e Luiz Fux, tentaram rasgar a Constituição e o Código de Processo Penal ao afastar o senador Aécio Neves (PSDB-MG) de seu mandato, impondo-lhe medidas cautelares adicionais. Mais um sintoma da desordem institucional, a mesma que, no tribunal, por 10 a 1, houve por bem dar sequência a uma denúncia contra o presidente da República que traz, "ab ovo", o vício da inconstitucionalidade.

É o Movimento País sem Lei.

29 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

Justiça favorece Google em caso de publicidade infantil no YouTube

DE SAO PAULO - O Google obteve decisão favorável da Justiça em processo que o Ministério Público Federal pedia endurecimento das políticas da empresa para coibir a publicidade infantil no YouTube.

Em ação civil pública em Minas Gerais, a Procuradoria pedia a inclusão, na página inicial do YouTube e em sua área de denúncia de conteúdo abusivo, de avisos sobre a proibição de publicidade direcionada a crianças e de vídeos promocionais protagonizados por elas.

O MPF também afirmou ter recomendado ao Google a remoção de vídeos com conteúdo direcionado a crianças, sem que o pedido fosse acatado.

O juiz federal da 10ª Vara de Belo Horizonte Miguel Ângelo de Alvarenga negou os pedidos e afirmou que o provedor só pode ser responsabilizado civilmente se descumprir medida judicial que determine remoção de conteúdo. Para o juiz, o procedimento impede o cerceamento da liberdade de expressão e está embasado no Marco Civil da Internet.

Por outro lado, caso algum conteúdo seja retirado por decisão judicial, ele deverá ser substituído por aviso explicando o motivo de sua remoção.

O Ministério Público informou que irá entrar com recurso. Fernando de Almeida Martins, procurador responsável pelo caso, diz ser impossível entrar com ação cada vez que um vídeo violar as restrições a participação de crianças em merchandising, devido ao volume dessas infrações.

O Google afirmou que não comenta casos específicos.

29 SET 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Investigações da Operação Publicano vão para Brasília



A ministra Nancy Andri-ghi, do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), determinou o envio de todos os procedimentos judiciais referentes às investigações da Operação Publicano. O caso investiga fraudes na Receita Estadual do Paraná. A determinação foi tomada após um pedido da defesa de um dos réus.

O pedido levou em conta uma das delações premiadas feitas durante as investigações. Nela, o auditor Luiz Antônio de Souza, disse que parte da propina arrecadada com a fraude abasteceu a campanha do governador Beto Richa (PSDB) à reeleição, em 2014.

Após a delação, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) chegou a separar as investigações. A parte referente a Richa foi encaminhada ao STJ, que é a corte competente para julgar casos envolvendo governadores. Um inquérito foi aberto para apurar se o governador do Paraná cometeu os crimes de lavagem de dinheiro, falsidade ideológica para fins eleitorais e corrupção passiva. ■

29 SET 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Prisão de assassino de menina de 6 anos provoca revolta

Homem confessou ter violentado menina

A confissão de um homem suspeito de matar uma menina de seis anos provocou revolta na população de Umuarama que tentou invadir a delegacia local e ainda incendiou veículos em frente ao prédio. A tentativa de invasão desencadeou também uma revolta de presos, que só foi controlada na tarde de ontem, após a transferência de alguns para penitenciárias.

Até a manhã de quarta, acreditava-se que a menina Tabata Fabiana Crespillho da Rosa tinha desaparecido. No entanto, segundo o delegado Fernando Martins, após a confissão, o corpo da criança foi localizado. Martins afirmou que o suspeito foi transferido da delegacia após o início da manifestação. O homem teria sido levado a outra unidade da região.

Ainda restaram 180 presos na cadeia da delegacia, que, segundo a polícia, serão mantidos isolados até que o reparo da carceragem seja feito. Dois engenheiros da Polícia Civil estavam no local na tarde desta quinta-feira avaliando os estragos. ■

29 SET 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Senado revisará decisão do STF sobre Aécio

Entrega do caso foi decidida ontem pelos senadores

O plenário do Senado aprovou ontem o requerimento de urgência apresentado por alguns senadores para que o plenário da Casa revise a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de afastar o senador Aécio Neves (PSDB) de seu mandato e de determinar seu recolhimento noturno. A decisão foi tomada por 43 votos a oito e uma abstenção.

A decisão do STF foi contestada por senadores do PSDB e de outros partidos, inclusive o PT, que argumentam que a decisão dos ministros do Supremo fere o disposto na Constituição Federal a respeito do cumprimento de ações de restrição de liberdade contra autoridades com mandato eletivo. Para o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB), a questão a ser analisada pelos senadores é o cumprimento e o respeito à Constituição Federal e não somente uma defesa do senador Aécio Neves.

“Aqui não se trata de vitória ou derrota. O que se está discutindo é a observância da Constituição, que é muito maior do que qualquer mandato de parlamentar”, disse Lima. Para o senador Álvaro Dias (Podemos), a Casa deve deixar a questão ser resolvida pela Corte para garantir a independência dos Poderes. Ele defende que todos os recursos sejam esgotados antes de qualquer reação do Senado. ■

29 SET 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Hospital não pode diferenciar paciente do SUS e de convênio

A União tem de editar ato normativo proibindo que as instituições privadas mantenham recepções e salas de espera diferenciadas para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos convênios ou particulares. A determinação é da 1ª Vara Federal de Porto Alegre, em sentença proferida na terça-feira (26/9), com abrangência nacional. Cabe reexame necessário no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

A regulamentação deve fixar prazo não superior a um ano para que sejam celebrados aditivos nos contratos e convênios vigentes, incluindo a nova norma. Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária de R\$ 10 mil. As entidades terão prazo de até um ano para promoverem a reestruturação necessária ao atendimento da medida.

O Ministério Público Federal ingressou com ação contra a União, alegando que os espaços diferenciados nas entidades hospitalares, principalmente em setores de pronto-atendimento e emergência, são discriminatórios. Sustentou que a portaria do Ministério da Saúde que trata

da participação destas instituições no SUS tem uma lacuna normativa, ao não estipular a obrigação de não distinção entre pacientes do sistema único e os demais.

Em sua defesa, a União afirmou que as normas existentes já estabelecem regramentos para que não ocorram atuações discriminatórias ou que violem a dignidade das pessoas. Pontuou que não possui meios para interferir na gestão das instituições privadas, exceto para condutas clínicas e padrões mínimos de atendimento e produtividade, pois elas exercem atividade econômica de forma livre, prestando seus serviços de maneira complementar ao SUS.

29 SET 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Jucá diz que operação da PF é "retaliação" de juíza federal à sua família

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), considerou a Operação Anel de Giges da Polícia Federal (PF), deflagrada ontem em Roraima, em que parentes do senador estão entre os investigados, como "retaliação".

"Recebo essa agressão a mim e a minha família como uma retaliação de uma juíza federal, que, por abuso de autoridade, já responde a processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ)", disse, em nota. O senador ainda afirmou que tornará públicos "todos os documentos que demonstrarão a inépcia da operação de hoje".

comemora 60 anos com agenda especial

Congresso de Direito que se realiza de 2 a 5 de outubro marca o início das festividades

Viviani Costa

Reportagem Local

A OAB-Londrina promoverá uma série de eventos a partir da próxima semana em comemoração aos 60 anos da entidade. O aniversário é em outubro de 2018, mas a programação começa já na próxima segunda-feira (2). Congressos, palestras, eventos jurídicos e culturais serão realizados para aproximar ainda mais a comunidade e os profissionais.

O presidente da OAB-Londrina, Eliton Araújo Carneiro, ressaltou que a história da entidade está ligada à memória de Londrina. "A entidade é uma das mais atuantes do Paraná e é referência no Estado. Na década de 1990, a OAB-Londrina capitaneou o movimento 'Pés Vermelhos, Mãos Limpas' que culminou com a cassação do prefeito à época. Nos últimos 30 dias, a Ordem se uniu a outras entidades para fazer uma negociação direta com o prefeito para que o aumento do IPTU não fosse abusivo. Muito embora, nós tenhamos feito uma proposta, o prefeito optou por fazer uma nova proposta, um meio termo que nós, as entidades, ainda achamos que é um valor alto para a população. A Ordem sempre protagonizou a vida em sociedade, tanto no município quanto no Estado e no País", afirmou.

A partir da próxima segunda-feira, o Congresso de Direito,



O presidente da OAB-Londrina, Eliton Araújo Carneiro, e o secretário-geral, José Carlos Vieira, em visita à Redação da FOLHA

que marca o início das comemorações dos 60 anos, terá palestrantes renomados como a desembargadora Lídia Maejima, 2ª Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, que vai abordar o funcionamento dos Cejusc (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) logo após a abertura oficial do evento. No dia seguinte, às 19 horas, o doutor em Processo Civil Rogério Licastro Torres de Mello comentará sobre os recursos de apelação do novo CPC (Código de Processo Civil). Na quarta-feira será a vez do doutor em Direito do Trabalho José Afonso Dellegrave Neto. Ele trará esclarecimentos relacionados ao Processo do Trabalho e à Reforma Trabalhista. O doutor em Direito Penal Luiz Flávio Borges D'Urso encerrará o congresso com a palestra sobre casos de prisão após julgamento em segundo grau.

Além das palestras durante a noite, grupos de discussão serão realizados entre terça e quinta-feira, às 10 horas da ma-

nhã, na sede da entidade. O secretário-geral da OAB-Londrina, José Carlos Vieira, que também coordena o evento, destacou que cada palestrante formulou questões que serão debatidas pelos participantes durante a manhã. "As discussões e as palestras não estão limitadas só para quem é ligado ao meio jurídico. Os temas são relevantes para toda a sociedade. Pela manhã, os participantes serão divididos em grupos e terão, aproximadamente, duas horas de debate. As conclusões serão expostas à noite após as palestras para que todos possam debater os temas", explicou.

As inscrições para o congresso custam R\$ 40,00. Mais informações pelo telefone (43) 3294-5900, pelo e-mail londrina@oabpr.org.br e na sede da OAB-Londrina na rua governador Parigot de Souza, 311. A programação completa dos eventos promovidos pela OAB será divulgada ao longo das comemorações do aniversário de 60 anos.

29 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Conflito necessário

Ainda que a procuradora Raquel Dodge entenda que o convívio intrapoderes em harmonia é condição primordial para a estabilidade (essa, na verdade, é o argumento alarme do governo acuado), nunca tivemos um ciclo tão rico em inovações justamente com os choques entre os poderes, na verdade, Executivo e Legislativo unidos e Judiciário, pela primeira vez, disposto a encarar a endemia da corrupção. Dias atrás, o parlamento italiano, em lei, identificou o fenômeno da corrupção com as ações mafiosas. Pelo menos no caso brasileiro, é visível tal simetria, como se vê no bojo das denúncias mais recentes e na linha geral que se observou do Mensalão à Lava Jato e nas alusões do quadrilhão do PMDB.

E isso tanto é verdade que se pretende o uso das medidas do STF, por maioria, contra o senador Aécio Neves como mais do que um jogo de braço de ferro pela Câmara Alta e até uma oportunidade de um golpe na ação judicial que hoje atinge grande parte dos integrantes das duas casas do parlamento. Fala-se desse conflito como se aflorasse agora e não no ciclo que precede o impeachment de Dilma Rousseff, o afastamento de Delcídio do Amaral e restrições a Renan Calheiros como chefe do Senado e Eduardo Cunha como o dono da Câmara. A ordem de resistência ao STF é até agora o brado mais forte desse confronto e é claro, se não houver, como sempre, a mediação dos diplomatas, teremos mais do que um atrito.

Até aqui os cuidados com o trato ritualístico das denúncias da Procuradoria da República reproduzem a situação da primeira, formalmente rejeitada, como de resto isso também se deu com o impeachment, recurso extremo e traumático, embora com cenas desconcertantes como a de não haver a perda dos direitos políticos da presidente afastada, colher de chá em meio à dose letal. O dado conflitual é indispensável, portanto, e não ameaça ao caos financeiro, moral e administrativo que vivemos, essencialmente uma antinomia à noção de estabilidade.

Gaeco em ação

Um delegado de polícia de Almirante Tamandaré e escrivães foram presos ontem numa operação do Gaeco acusados de recebimento de propinas por emissão de alvarás. Por sinal que, na Quadro Negro há um novo empresário delator e que reafirmou que entregava a grana para Maurício Fanini sem saber quem era o destinatário final.

29 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

Deputado aecista e pró-Temer vai relatar 2ª denúncia

Hanier Bragon

Folhapress

Brasília - O deputado governista Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) foi anunciado na tarde dessa quinta-feira (28) como relator, na Câmara, da segunda denúncia feita pela Procuradoria-Geral da República contra o presidente Michel Temer. O tucano é ligado ao grupo do senador afastado Aécio Neves (MG), que tem trabalhado internamente para barrar a denúncia e manter o apoio do PSDB a Temer.

Após o peemedebista e os ministros Moreira Franco (Secretaria-Geral) e Eliseu Padilha (Casa Civil) - também alvos da acusação - apresentarem suas defesas, o relator formulará um parecer na Comissão de Constituição e Justiça da Casa.

O parecer da CCJ servirá de base para a votação definitiva, a do plenário, que deve ocorrer na semana do dia 25 de outubro, de acordo com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Para que o Supremo Tribunal Federal seja autorizado a analisar a denúncia é preciso o voto de pelo menos 342 dos 513 deputados.

O relator do caso foi escolhido pelo presidente da CCJ, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG). Temer é acusado de obstrução da Justiça e participação em organização criminosa que teria recebido ao menos R\$ 587 milhões de propina.

Na primeira denúncia, em que era acusado de corrupção, o peemedebista conseguiu congelar o caso com o

voto de 263 deputados (outros 227 foram favoráveis ao seu prosseguimento). Nessa ocasião Bonifácio Andrada votou a favor do presidente.

O tucano tem 87 anos, é advogado, professor universitário um descendente de José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos principais articuladores da independência do Brasil.

TEMER: O MAIS IMPOPULAR



- Sabia que você entraria para a história, querido...

29 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

66

Há uma crise institucional grave no País!

Ministro Marco Aurélio sobre as ameaças do Senado a decisões do Supremo Tribunal

**Temendo 'efeito Orloff',
Gleisi fez PT defender Aécio**

O medo de Gleisi Hoffman de ser presa, ou de amargar restrições semelhantes às aquelas impostas a Aécio Neves, levou a senadora e presidente do PT, a fazer seus colegas de bancada criticar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) contra o tucano. A informação é de políticos petistas inconformados com a "saia justa" da surpreendente solidariedade a um adversário que sempre os criticou e foi criticado.

Você amanhã

A expressão "efeito Orloff" é inspirada numa antiga propaganda da marca de vodca cujo slogan era: "Eu sou você amanhã".

Corrupção e lavagem

Gleisi Hoffmann e o marido Paulo Bernardo, ex-ministro de Lula e Dilma, são processados no STF por corrupção e lavagem de dinheiro.

INFORME

PF mira filhos de Jucá

A Polícia Federal (PF) deflagrou na manhã dessa quinta-feira (28) uma operação em Boa Vista que tem como alvos os filhos do senador Romero Jucá (PMDB-RR), Rodrigo e Marina, e as ex-enteadas Ana Paula e Luciana Surita. Foram expedidos mandados de busca e condução coercitiva contra todos. O advogado da família, Antonio Carlos Almeida Castro, o Kakay, afirma que o senador não é um dos investigados.

Desvio de R\$ 32 milhões

Batizada de Operação Anel de Giges, ela apura o desvio de R\$ 32 milhões que supostamente tiveram como origem o superfaturamento na aquisição da "Fazenda Recreio", localizada em Boa Vista e na construção do empreendimento Vila Jardim, do projeto Minha Casa Minha Vida no bairro Cidade Satélite, também em Boa Vista. "São investigadas as transações decorrentes da venda da Fazenda Recreio para a construção do empreendimento Vila Jardim, bem como pela fiscalização e aprovação do empreendimento na Caixa Econômica Federal", diz a nota da PF.

29 SET 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

VISTA GROSSA

Lucas Sarzi
lucas@tribunadoparana.com.br

O delegado Nasser Salmen e dois estagiários, que já haviam trabalhado na Delegacia de Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), foram presos numa operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), ontem. A operação, que investiga o recebimento de propina, ainda cumpriu seis mandados de condução coercitiva (quando a pessoa é levada para depor) e dez de busca e apreensão.

Segundo o Gaeco, braço do Ministério Público do Paraná (MP-PR), as investigações envolvem os funcionários e policiais da Delegacia de Almirante Tamandaré. A ação do Gaeco começou depois de uma denúncia de que os policiais recebiam valores para que não agissem em um terreno em que acontece o tráfico de drogas. "Basicamente, fariam vista grossa e manteriam uma 'boa convivência', mas os valores não eram altos", explicou o procurador de Justiça e coordenador do Gaeco, Leonir Batisti.

Além do valor que a delegacia teria recebido em troca da "vista grossa" para o tráfico de drogas, o Gaeco também encontrou problemas na questão dos alvarás. "No procedimento para que seja

**Nasser Salmen
e estagiários
foram investigados
e detidos
numa ação
do Gaeco.**

liberado o alvará, o sistema determina que a pessoa recolha um valor a partir de uma guia que deve ser paga em algum banco. Na delegacia, essa guia não era paga no banco, os policiais recebiam e ficavam com o dinheiro", detalhou, explicando também que isso pode não ter sido pensando em ficar com o dinheiro, mas talvez por uma desorganização. "O que nós vamos apurar agora".

Os mandados de prisão foram expedidos, em caráter temporário, pela 1ª Vara Criminal de Almirante Tamandaré, contra o ex-estagiário, que atuou como escrivão, e uma mulher, que ainda era estagiária da delegacia e também atuava na mesma função. O delegado da cidade também foi preso. Os três devem ser soltos em cinco dias.

As buscas e apreensões foram cumpridas em Curitiba e na RMC. O Gaeco informou que esteve em residências e em um cômodo específico da delegacia. "Na casa do ex-estagiário, apreendemos 39 celulares e munições.

Ele disse que tudo isso era da delegacia. Agora, além de apurar os detalhes

do que acontecia na delegacia, vamos investigar também o motivo de ele estar com todos estes aparelhos e as munições".

Das conduções coercitivas, três envolvem policiais civis, mas o Gaeco não informou quais foram. Leonir Batisti reforçou que, embora as prisões sejam temporárias, as investigações vão poder fluir melhor a partir do que foi cumprido na manhã de ontem.

Concussão

A Corregedoria Geral da Polícia Civil informou que acompanhou a operação e confirmou que todos os investigados são suspeitos de concussão (crime praticado por funcionário público, em que exige vantagem indevida). Paralelamente ao inquérito policial, deve ser aberto um procedimento administrativo disciplinar para apurar o fato.

Conforme a Polícia Civil, caso fique comprovado o que a denúncia apontou, os servidores ficam sujeitos a pena de demissão do cargo. A direção da Polícia Civil enfatizou que qualquer ato em desconformidade com as regras de conduta contidas nas leis e no estatuto da Polícia Civil será rigorosamente apurado pela instituição.

29 SET 2017

GAZETA DO POVO

CNJ planeja "alarme" para denunciar pagamento de supersalários a juízes

Conselho Nacional de Justiça quer padronizar o pagamento de "penduricalhos" ao salário dos magistrados para facilitar fiscalização das remunerações que ferem o teto de R\$ 33,7 mil

A divulgação detalhada das folhas de pagamento dos juízes pelos Tribunais de Justiça do país torna mais transparente os honorários pagos, mas não resolve a questão dos supersalários. O grande volume de dados e a sua diversidade impedem a fiscalização dos pagamentos de benefícios que elevam os salários acima do teto constitucional. Para facilitar esse controle, o corregedor-nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, quer padronizar e automatizar o pagamento de salários e contribuições adicionais para todos os juízes do país.

A ideia é instalar um sistema eletrônico para unificar a maneira como as folhas de pagamento de cada tribunal são preenchidas. Esse banco de dados salarial ficaria sob gestão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. Os dados seriam publicados mensalmente no portal da transparência do conselho, que auditaria os valores pagos a determinado magistrado, quando necessário.

A proposta de automação apresentada por Noronha ainda precisa da chancela da ministra Cármen Lúcia, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF). Foi ela que determinou a publicidade das folhas de pagamentos pelos tribunais após a divulgação de que magistrados do Mato Grosso receberam vencimentos acima de R\$ 100 mil em julho.

CONTINUA

29 SET 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O corregedor defende que é preciso criar um sistema eletrônico de gerenciamento de remuneração que identifique automaticamente pagamentos aparentemente fora do eventual feitos para juízes, desembargadores e ministros. Em caso de pagamentos incomuns, o sistema emitirá um alerta com um relatório que será analisado pelo conselho para verificar se há pagamento indevido ou não.

Sem um sistema automatizado, os órgãos de controle não conseguem identificar valores pagos acima do teto salarial definido pela Constituição Federal, hoje em R\$ 33,7 mil. A regulamentação do CNJ determina que despesas como diárias, passagens de viagens de trabalho e outras verbas indenizatórias do Judiciário são exceções e não participam do cálculo para contabilizar os pagamentos até o teto.

Análise detalhada dos salários

A proposta de automatização é resultado de um grupo de trabalho da Corregedoria, que examinou por três meses as folhas de pagamento referentes aos anos de 2014, 2015 e 2016 (até novembro) encaminhadas pelos tribunais.

Com diferentes nomenclaturas atribuídas aos valores pagos a juízes, o grupo não conseguiu chegar a uma conclusão sobre pagamentos indevidos. Foram analisados os dados remuneratórios referentes a 26.763 magistrados, dos quais 17.308 ativos, 5.592 inativos e 1.507 pensionistas.